

Do exame à identificação ou do panóptico ao banóptico: memória e representações

Icléia Thiesen*

Marco Aurélio Santana**

Resumo

A produção de informações sobre os indivíduos é uma estratégia de controle social que se desenvolve no contexto dos processos de industrialização, com o objetivo de reforçar o poder do Estado. Uma nova anatomia do poder é estabelecida através de tecnologias de vigilância, um conjunto de procedimentos minúsculos para esquadrihar, controlar e medir os indivíduos. Técnicas de observação, exame e identificação surgem e se aperfeiçoam desde o século XIX. Registrar, descrever, contar, classificar e documentar tornam-se atividades sistemáticas que darão origem a diversos saberes, mas também a técnicas de identificação, cujo propósito é separar, discriminar, excluir o outro para evidenciar sua identidade deteriorada. O presente trabalho discutirá o movimento efetuado entre o panóptico e o banóptico, indicando o fraco equilíbrio entre o respeito à liberdade e os assim alegados imperativos de segurança social.

Palavras-chave: identificação; identidade; memória social.

Résumé

La production d'informations sur les individus c'est une stratégie de contrôle social que se développe dans le contexte des processus d'industrialisation, dont le but c'est renforcer le pouvoir d'État. Une nouvelle anatomie du pouvoir est mise en place à travers les technologies de la surveillance, ensemble de procédures minuscules pour quadriller, contrôler et mesurer les individus. Des techniques d'observation, d'examen et d'identification sont surgis et perfectionnés des le XIXe siècle. Enregistrer, décrire, comptabiliser, classer et documenter deviennent des activités systématiques qui vont donner origine a plusieurs savoirs, aussi bien que des techniques d'identification, dont l'objectif c'est de séparer, discriminer, exclure l'autre pour dégager leur identité détériorée. Ce travail discutera le mouvement effectué entre le panoptique et le banoptique, en signalant l'équilibre faible entre le respect à la liberté et les impératifs de la sécurité sociale.

Mots-clés: identification ; identité; stigmaté.

* Professora Doutora da UNIRIO

** Professor Doutor do IFCS/UFRJ

1 Introdução

Este trabalho visa objetivo discutir processos de identificação social implementados ao longo do tempo, desde o antigo regime, para estabelecer formas de disciplina e controle dos indivíduos na sociedade. Nesse sentido, evidenciaremos os principais marcos desse processo a partir das estratégias do Estado para organizar o governo dos homens, a produção de saberes instituídos no interior desses percursos e seus reflexos na constituição do sujeito, no contexto da nascente industrialização. Analisaremos a formação e o desenvolvimento de técnicas de identificação que estão na base na constituição de saberes e de poderes que lhes são respectivos, considerando a formação da memória coletiva e de identidades sociais no âmbito de tais processos, gerando um múltiplo movimento de conflitos, recuos e avanços dos atores sociais neles envolvidos, sejam trabalhadores, escravos, imigrantes etc. Nossa abordagem visa problematizar as técnicas de poder mencionadas, considerando as relações de força entre os grupos sociais nos embates empreendidos ao longo da história. Tal caminho poderá nos conduzir à compreensão da equação segurança-liberdade-vigilância, nos fluxos e refluxos da implantação progressiva das formas de inspeção e de controle social, assim como as resistências levadas a efeito por diferentes grupos sociais. O interesse em discutir essa problemática, no contexto das lutas pela afirmação de identidades e das disputas espaciais – elementos ou ingredientes da memória coletiva – decorre do recrudescimento das formas aprimoradas de controle da sociedade no mundo globalizado. Percebemos quotidianamente uma *invasão* do espaço privado pelo controle público, assim como do espaço público pelo controle privado, suscitando sentimentos ambíguos ora voltados para a justificação do “ser vigiado”, como busca da garantia de segurança, ora criando o desconforto pela perda da liberdade de circulação nas cidades fora do alcance das lentes das filmadoras espalhadas por edifícios, hotéis, restaurantes, ruas e estradas... Se, num primeiro momento, a necessidade de impor a ordem nas cidades do antigo regime contra as *classes perigosas* respaldou as primeiras técnicas de identificação contra a opacidade, na atualidade, o combate ao terrorismo tendo como alvo um inimigo fluido é a justificativa para a coleta e uso de informações sobre as pessoas, em nome da transparência e da visibilidade.

2 Do panóptico...

A identificação dos indivíduos coincide com a formação do Estado moderno. Para governar os homens e as coisas é preciso conhecer, esquadrihar, desagregar e categorizar as massas, para

nomear e instituir identidades sociais, conhecer para reconhecer. O contexto dessas ações nos remete ao século XIX. Com a crise da Regência, instaurada com a abdicação de D. Pedro I, marcada pela conturbação social, o medo do caos sacode a cidade do Rio de Janeiro, ocasião em que as *classes perigosas* – mendigos, vagabundos, indigentes, prostitutas, loucos passam a ser objeto de atenção do novo ordenamento jurídico, com a participação da polícia, da medicina social e dos urbanistas. Indivíduos não identificados, irreconhecíveis legalmente, traduzem virtualmente perigo à ordem urbana. Identificar constitui um objetivo de segurança, visando em especial à propriedade. O aumento das riquezas e da produção exigirá a redefinição das práticas ilícitas: o criminoso é o inimigo social a ser corrigido. A Revolta dos Malês - rebelião escrava muçulmana ocorrida na Bahia, em 1835, constitui “marco no imaginário do medo naquela época”. (BATISTA: 2003: 24). Rebeldes religiosos se manifestaram contra a escravidão, mas especialmente em reação às ações repressivas das autoridades locais e à destruição de sua mesquita pelas forças da ordem, no ano anterior. Cerca de 70 africanos foram mortos e mais de 500 punidos “com penas de deportação, morte, prisão e açoitamento” (ENGEL: 2002: 645). Ocorrida sob a liderança de Manoel Congo, essa outra Revolta ocorreu em 1838, na região de Pati do Alferes, no Vale do Paraíba Fluminense, cuja importância se deve às fazendas de café em expansão. Luta de resistência de expressivo número de escravos fugitivos das fazendas, foi combatida pela Guarda Nacional, com apoio da legislação penal que previa pena de morte para escravos fugitivos. (VAINFAS, 2000) Não é por acaso que, na Casa de Correção, principal prisão do Segundo Reinado, cuja construção teve início em 1833 após ampla discussão política, essas classes constituem a fração maior dos prisioneiros¹. Ao darem entrada nessa prisão, passam a ser identificados minuciosamente e, a partir de 1859, são também fotografados, integrando os arquivos judiciais à disposição da justiça e da polícia. As idéias de Jeremy Bentham foram objeto de discussão sobre o modelo de prisão a ser definido, segundo proposta dos reformistas europeus mudando o foco de uma criminalidade de sangue, para uma delinqüência de fraude. Não mais o “olho por olho” característico do período anterior à Revolução francesa, mas a disciplina do trabalho organizada em torno do exame e da norma a ser incorporada pelo indivíduo durante sua existência. O exame é um tipo de controle normalizador que vigia e sanciona. Em sua ritualística impõe seus métodos, seus jogos de perguntas e respostas, observações constantes de um sistema

¹ A Casa de Detenção (1856) e o Instituto de Menores Artesãos (1861) funcionaram no mesmo espaço da Casa de Correção. Com a transferência de escravos do Calabouço, esse conjunto arquitetônico inspirado no modelo benthamiano geriu diferentes indivíduos excluídos do convívio social.

de registros de informações e classificações, que reúne um saber sobre aqueles que estão sob sua disciplina. Foucault explica o que é próprio das disciplinas, enquanto “técnicas para assegurar a ordenação das multiplicidades humanas”:

tornar o exercício do poder o menos custoso possível (economicamente, pela parca despesa que acarreta; politicamente, por sua discricção, sua fraca exteriorização, sua relativa invisibilidade, o pouco de resistência que suscita); fazer com que os efeitos desse poder social sejam levados a seu máximo de intensidade e estendidos tão longe quanto possível, sem fracasso, nem lacuna; ligar enfim esse crescimento ‘econômico’ do poder e o rendimento dos aparelhos no interior dos quais se exerce (sejam os aparelhos pedagógicos, militares, industriais, médicos), em suma fazer crescer ao mesmo tempo a docilidade e a utilidade de todos os elementos do sistema.

O autor se refere ao panoptismo (FOUCAULT: 1993: 191). Idealizado por Jeremy e seu irmão Samuel², o panóptico, olho que tudo vê, constitui um edifício tendo ao centro uma torre circular em cujo topo se encontraria um vigilante capaz de, num olhar, perceber tudo o que se passa no interior de cada cela, atelier de trabalho, sala de aula, claustros, casernas etc. Foi concebido não apenas para a reforma das prisões que desafiava o pensamento iluminista, mas para as instituições em geral, conforme assinala o próprio autor (Bentham: 1987) ao divulgar esse projeto que se tornou para ele uma obsessão e a razão de sua miséria ao final da vida (Brunon-Ernst: 2007). Aparelho de controle sobre seus próprios mecanismos, o panóptico exerce seu poder até mesmo sobre aqueles que estão a seu serviço, pois

O diretor pode inspecionar todos os empregados (...): enfermeiros, médicos, contramestres, professores, guardas; poderá julgá-los continuamente, modificar seu comportamento, impor-lhes métodos que considerar melhores; e ele mesmo, por sua vez, poderá ser facilmente observado. (FOUCAULT: 1993:180)

Mas, o termo carrega em si uma idéia nascida no final do século XVIII, na Inglaterra, no âmbito da reforma da assistência, que visava o conhecimento, a vigilância e o controle dos pobres que deveriam tornar-se produtivos, educados e saudáveis, dentro do espírito utilitarista do qual o filósofo e jurista inglês é o mais expressivo representante. “A maior felicidade possível para o maior número de pessoas” é a frase que resume esse pensamento traduzido em ações para evitar que os pobres tornem-se indigentes, devendo os primeiros ser objeto de medidas preventivas de governo e os segundos ajudados a sair da indigência. Para compreender a proposta de Bentham, seria preciso analisar o conjunto de sua obra, pouco conhecida³. Isto porque os pilares de seu

² A origem do panóptico não é consensual. Segundo Foucault, Samuel Bentham teve a idéia quando conheceu técnicas de controle empreendidas na Escola Militar em Paris. Outros autores acreditam que Samuel o idealizou na Rússia, “para melhorar a vigilância do trabalho operário, quando estava a serviço do príncipe Potemkin”. (BRUNON-ERNST: 2007: 35).

³ Não é possível efetuar essa análise nos limites deste trabalho. Para conhecer as ações direcionadas à divulgação da obra de Bentham, ver Centre Bentham: traduire, commenter, diffuser l’oeuvre de Jeremy Bentham. <http://bentham.fr> e também Bentham Project. University College London (UCL). <http://www.ucl.ac.uk/>. A existência desses dois

projeto panóptico encontram-se dispersos na deontologia, conceito criado por ele, que designa o “conhecimento do que é justo e conveniente”; no projeto de escola chrestomathica (chrestomathia, “o que conduz à aprendizagem útil”), no código constitucional, no tratado das penas e das recompensas, principais temas que desenvolveu. Na base de suas preocupações está a produção de informações sobre a população das cidades, os indigentes, os empregados, a produção. Bentham se ressentia da ausência de dados sistemáticos para serem utilizados pelos governantes. Em seu panóptico, percebe-se a ênfase dada à documentação das ações empreendidas pelas instituições. Com base em dispositivos de controle introduziu um sistema de contabilidade contendo o registro das despesas das instituições panópticas. Seu objetivo é extrair lucro das instituições de assistência sem impor despesas ao Estado. Sob uma *economia* do olhar, o exame e a observação dos internos supunham um poder capaz de operar uma vigilância detalhada separando por classes os indivíduos. (CLÉRO; LAVAL: 2002:50). Embora enquanto construção arquitetônica o panóptico não tenha sido jamais construído tal como formulado por ele, seus princípios foram amplamente difundidos e incorporados na Europa, nos Estados Unidos e também no Brasil. Para além das instituições prisionais, esses mesmos princípios de identificação ganham corpo ao mesmo tempo em que marcam o controle individual e social porque inscrevem a individualidade no campo documentário.

A estatística se institucionaliza no século XIX através das pesquisas demográficas de Quetelet, artesão dos recenseamentos. Conforme Mattelart, “seus métodos de análise e de previsão dos fluxos, bem como suas técnicas de medida do corpo participam de um saber que prefigura uma nova arte de governar, um novo tipo de Estado”. (2007:18) Este astrônomo e matemático belga aplicará o cálculo das probabilidades aos fatos sociais. Ao estudar as medidas e frequências partindo de atributos físicos, como tamanho da cabeça, pernas e braços, chega à noção matemática de *homem médio*. Tal regularidade que vale para os traços físicos é estendida aos caracteres sociais. (MATTELART: 2007) A antropometria inventada por Quetelet se estende às tábuas de criminalidade e tendências ao crime e ao suicídio, e será utilizada depois por Alphonse Bertillon, criador da polícia científica e do serviço de identificação da polícia de Paris, em 1882,

centros se explica pela atualidade do pensamento utilitarista, bem como pelo fato de grande parte de sua obra original ter permanecido manuscrita e, alguns de seus textos publicados fora da Inglaterra terem sofrido uma reescrita por seus assistentes, em especial Étienne Dumont, conforme Brunon-Ernst (2007) e Cléro & Laval: (2002).

onde inventa e coloca em prática o retrato falado, a fotografia identificatória e as fichas sinaléticas de criminosos.

3 ... Ao banóptico

O século XIX produziu numerosos estudos e ações visando o combate ao crime, dando origem à criminologia, que engendrará a polícia judiciária, a fotografia identificatória, a bertilhonagem, a estatística criminal, a medicina legal e a literatura do crime. Ao longo do tempo, surgiram outras pesquisas visando aprimorar as técnicas que pudessem explicar o crime nas sociedades contribuindo para a formulação de uma teoria da criminalidade, como os estudos de Galton - estatístico e eugenista -, que inventou um padrão de indivíduo através da justaposição de fotografias com rostos de criminosos, obtendo uma imagem composta, representando o *criminoso médio* (SERÉN: 2002: 50). Lombroso, médico e representante da antropologia criminal, com sua teoria da delinquência, reunia em Atlas fotográficos coleções de imagens que caracterizavam o criminoso por seu tipo fisionômico mórbido com tendências ao crime. Lacassagne - médico, criminalista e professor de medicina legal - formou um arquivo de escritos autobiográficos, produzidos por detentos da prisão de Saint Paul posteriormente oferecido por ele à biblioteca municipal de Lyon⁴.

Crime e segurança desafiam a imaginação de cientistas e homens de Estado. Assim, a partir de documentação massiva técnico-científica acumulada, é também criado um amplo sistema de informações, à disposição das instituições governamentais, produtoras e usuárias, simultaneamente. Bancos de dados criados a partir dos processos de informatização, já no século XX, colocarão em rede informações sobre os cidadãos. A história da Internet, embora tenha antecedentes históricos longínquos, marca o momento da concepção de rede de informações militares visando à segurança contra espionagens, “sobre armas e estratégias”, no final da década de 1960. Criada pela ARPANet no âmbito das pesquisas financiadas pelo governo americano, nasce no Pentágono. (ROSZAK: 1988: 255) Na década de 1960 a noção de segurança nacional será a ideologia que implantará as Ditaduras na América Latina. Órgãos de informação aprimorados nas escolas de tortura e combate ao inimigo vermelho (comunistas) - como o *US National War College* – alvo perseguido desde a Guerra Fria, se aperfeiçoam sob os regimes militares, estabelecendo duas décadas de lutas sangrentas cujas feridas ainda hoje permanecem

⁴ Esses relatos foram minuciosamente transcritos, editados e publicados pelo historiador Philippe Artières, do CNRS, em obra intitulada *Le livre des vies coupables: autobiographies de criminels (1896-1909)*.

vivas na memória coletiva. No Brasil, os arquivos dos órgãos da Ditadura, muitos dos quais ainda hoje não disponíveis para consulta, guardam informações sobre ex-prisioneiros políticos, mortos e desaparecidos, como impressões digitais, fotografias judiciárias, inquéritos, confissões forjadas etc. Ações de espionagem, vigilância, sistemas de escuta e outras técnicas desenvolvidas ao longo do tempo sustentaram o regime, apoiado em forte estrutura de inteligência cujo aparelho é dirigido por Golbery do Couto e Silva, antigo aluno dessa escola, veterano da Campanha da Itália⁵. A Operação Condor, “verdadeira internacional da tortura”, conforme Mattelart - expulso do Chile após o 11 de setembro de 1973 -, teve como objetivos “coletar, trocar, classificar, cruzar informações sobre os dirigentes de oposição em cada país para organizar ações conjuntas visando eliminá-los”, o que define claramente um sistema de informação de natureza identificatória e de inteligência aprimorado no avanço científico-tecnológico. A vigilância panóptica não estaria mais na ordem do dia, mas sim um dispositivo banóptico que “se caracteriza pelo desenvolvimento de práticas de excepcionalidade: separação de estrangeiros e imperativo de normalização da mobilidade”. Os autores explicam que o termo “ban”, originário do antigo alemão, significa ao mesmo tempo exclusão da comunidade e distintivo de soberania. É aquele que é excluído pelo alto como exceção à regra e o que é excluído por baixo como discriminado, rejeitado, expulso, banido. (CRETTEZ ; PIAZZA : 2006: 263). Esse sistema biométrico permite hoje identificar qualquer pessoa a partir de parâmetros biológicos: impressões digitais, retina, voz, assinatura. Provem da união da datiloscopia com a informática e repousa sobre tratamento numérico de imagens aplicado à criminalidade. (CARRÉ: 1990: 96-7) A capacidade de memória dos sistemas informatizados e o aumento da velocidade do tratamento das informações permitem efetuar seleções, fusões e cruzamentos de arquivos, podendo-se conhecer tudo sobre um indivíduo ou eventualmente identificá-lo mais facilmente numa massa. A biometria, versão informatizada da antropometria, é o saber que se institui e se aperfeiçoa graças à tecnologia das redes. Novas identidades “biometrizadas” são geradas e as informações produzidas podem ser recuperadas em alguns segundos. Seu espectro é amplo e ela funciona mundialmente. Suas raízes estão no século XIX. Citando David Lyon, Crettiez e Piazza (2006: 13) denunciam seus perigos:

“são atentados potenciais à vida privada e a tentativa de uma retomada do espaço público anônimo pelo desenvolvimento de infra-estruturas eletrônicas de informações,

⁵ Oficiais brasileiros também estudaram lá, no pós-guerra e vão fundar, posteriormente, a Escola Superior de Guerra. Mais tarde, conforme Mattelart (2007:121), a Escola das Américas (US Army School of the Américas-USARSA), também conhecida como “escola dos golpes”, promove cursos visando a contra-revolução armada. No programa, aulas de interrogatório, técnicas de tortura, sendo cobaias muitos oficiais.

que suscitam vivas inquietudes. (...) a chegada de um sistema de vigilância generalizada que autorizaria a execução de uma espécie de triagem social dos indivíduos a partir da definição de novos critérios de indesejabilidade”.

Os discursos formulados pelos reformadores do século XIX não corresponderam às práticas carcerais, reproduzindo nas prisões a mesma violência sofrida pelos miseráveis da cidade, criminalizados pela pobreza. As imagens que nos chegam das prisões pela mídia, reproduzidas no cotidiano das cidades, (in)formam a memória e o imaginário social, alimentando os medos coletivos e as representações identitárias. Wacquant (2001: 10) chamou de *ditadura sobre os pobres* e *social-panoptismo*. Para ele vem sendo desenvolvido, nos últimos anos, um Estado penal como resposta às

“desordens suscitadas pela desregulamentação da economia, pela dessocialização do trabalho assalariado e pela pauperização relativa e absoluta de amplos contingentes do proletariado urbano, aumentando os meios, a amplitude e a intensidade da intervenção do aparelho policial e judiciário”.

Bauman critica a flexibilização das relações de trabalho, o fim das proteções sociais e do que seriam “privilégios adquiridos”, como alguns se referem à estabilidade do emprego e à proteção do trabalho e do salário (1999: 121). Os impactos e prejuízos para a trajetória histórica da classe trabalhadora são inevitáveis:

“o que se faz necessário são novas condições que favoreceriam hábitos e atitudes diametralmente opostos àqueles que a ética do trabalho professava e que eram promovidos pelas instituições panópticas encarregadas de implementar essa ética. Os trabalhadores devem desaprender a dedicação ao trabalho duramente adquirida e o apego emocional duramente conquistado ao local de trabalho, assim como o envolvimento pessoal no conforto desse ambiente”.

Um moderno sistema automatizado de informação e identificação por impressões papilares, importado da França, está em andamento. Permitirá a leitura dos dados em, no máximo seis minutos, a partir do banco de dados do Instituto Nacional de Identificação (INI). No futuro muito próximo, ao interligar-se com outros bancos de dados, será possível incluir no sistema informações digitais arquivadas nos serviços de identificação civil. O civil e o criminal se juntariam num controle total da sociedade?

4 Referências bibliográficas

- BAUMAN, Z. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- BATISTA, Vera Malaguti. *O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- BENTHAM, Jeremy. Panóptico: memorial sobre um novo princípio para construir casas de inspeção e, principalmente, prisões. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, v.7, n.14, mar./ago.1987.
- BRUNON-ERNST, Anne. *Le panoptique des pauvres: Jeremy Bentham et la réforme de l'assistance en Angleterre*. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, 2007.

- CARRÉ, Dominique. Système automatisé de relevés et recherches d'empreintes digitales. *Info-Révolution, Série Mutations*, Paris : Éditions Autrement, n.113, mars 1990, p. 96-100.
- CLERO, J.-P. ; LAVAL, Christian. *Le vocabulaire Bentham*. Paris : Ellipses, 2002.
- CRETTEZ, Xavier ; PIAZZA, Pierre (dir.) *Du papier à biometrie: identifier les individus*. Paris: Presses de Sciences Politiques, 2006.
- ENGEL, Magali Gouveia. Revolta dos Malês. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir : nascimento das prisões*. 10ª. edição. Petrópolis (RJ): Vozes, 1993.
- FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique (1978-1979)*. Paris: Seuil/Gallimard, 2004.
- MATTELART, Armand. *La globalisation de la surveillance : aux origines de l'ordre sécuritaire*. Paris : La Découverte, 2007. 259p.
- ROZAK, Theodore. *O culto da informação*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- SANTANA, Marco Aurélio. Memória, Cidade e Cidadania. In: COSTA, Icléia Thiesen; Gondar, Jô (org.) *Memória e Espaço*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2000.
- SERÉN, Maria do Carmo. *Murmúrios do tempo*. Vila Nova de Gaia: Ministério da Cultura, Centro Português de Fotografia, 2002.
- WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.